

# Paradigmas para a Teoria de Relações Públicas

ANA MARIA EIRÓA DA FONSECA\*

**RESUMO:** O estudo analisa a prática inicial de Relações Públicas sem metodologia e sua posterior evolução teórica. Identifica e classifica duas teorias de Relações Públicas atuais conforme dois paradigmas sociológicos: funcionalista e humanista radical.

**DESCRITORES:** Relações Públicas: Paradigmas  
 Relações Públicas: Funcionalismo  
 Relações Públicas: Humanismo Radical  
 Public Relations: Paradigms  
 Public Relations: Functionalism  
 Public Relations: Radical Humanism

**ABSTRACT:** The study analyzes the initial practice of Public Relations, without methodology and its further theoretical evolution. It identifies and classifies two present Public Relations theories according to two sociological paradigms: functionalism and radical humanist.

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo identificar e analisar paradigmas que respaldem teoricamente as Relações Públicas.

Verifica-se que a ausência de um método racional nos primórdios das atividades de Relações Públicas retardou seu desenvolvimento teórico e prejudicou seu campo de ação.

A evolução teórica ocorreu à medida que estudos oriundos de diversas disciplinas passaram a fazer parte de um corpo teórico de Relações Públicas, tornando-o passível de identificação e de classificação.

Dois importantes estudos teóricos de Relações Públicas surgiram, nesta década, na América Latina: o primeiro, de autoria de Maria Luisa MURIEL e Gilda ROTA(5), no Equador e o segundo de Cecília PERUZZO(6) no Brasil.

---

\* Professora do Departamento de Comunicação da FABICO/UFRGS. Mestranda em Administração pelo PPGA/UFRGS.

Ambos representam relevante contribuição sobretudo pela consistência epistemológica com que foram desenvolvidos.

A análise destes trabalhos, através de paradigmas das ciências sociais, permite classificá-los, respectivamente, como funcionalista e humanista radical. A classificação possibilita identificar origens e tradições teóricas que inspiraram as duas abordagens, tão diferentes entre si, sobre um único tema — Relações Públicas.

## 2 A ORIGEM INTUITIVA

As formulações teóricas surgiram numa fase posterior às primeiras atividades de Relações Públicas, pois os interesses capitalistas imediatistas que deram origem a estas atividades, nos Estados Unidos da América (EUA), no início do século, não permitiam disponibilidade de tempo para formulações teóricas. Relações Públicas partiram de experiências práticas que careciam de formulação científica que as justificassem.

Isto trouxe conseqüências para a transmissão dos conhecimentos de Relações Públicas. A difusão das técnicas aplicadas dava-se, inicialmente, de forma mais intuitiva do que racional. Não havia um pensamento concentrado e analítico em torno de uma Teoria de Relações Públicas. O ensino destas, portanto, por algumas décadas, careceu de respaldo teórico fundamentado no método racional clássico adotado pelos cientistas no início do século XX.

Este método racional clássico, segundo CAPRA (3), sob a forte influência da filosofia e da matemática de René Descartes e da física de Isaac Newton, estendeu-se como paradigma científico não só para as ciências exatas, mas também para a sociologia, a psicologia, a psiquiatria e a política. Descartes "... criou a estrutura conceitual para a ciência do século XVII" (3, p. 58), que admite como verdadeiro apenas aquilo que pode ser deduzido com a clareza da demonstração matemática. E inspirou Newton, que "... forneceu uma consistente teoria matemática do mundo, que permaneceu como um sólido alicerce do pensamento científico até boa parte do século XX" (3, p.58). O método científico clássico tende a ser, conforme CAPRA, analítico, reducionista e mecanicista, pois evidencia a fragmentação do todo em partes, reduz fenômenos complexos a seus componentes básicos e procura mecanismos através dos quais esses componentes interagem. O rigorismo científico do método, influenciado pela visão do mundo cartesiana e pela física newtoniana, torna válido apenas aquilo que pode ser discriminado, medido e classificado.

Em contraposição a esse método, o marco inicial das Relações Públicas ocorreu, através do pensamento intuitivo do Ivy Lee, no início deste século, preocupado em aplacar a fúria da opinião pública contra os grandes capitalistas. Segundo CAPRA (3, p.35), "... o pensamento intuitivo tende a ser sintetizador, holístico e não-linear", baseia-se na "... experiência direta, não intelectual da realidade", opondo-se ao pensamento racional. Tanto Lee, como outros profissionais de Relações Públicas daquela época partiam de um estado ampliado de percepção consciente da realidade, método que caracteriza o processo intuitivo. Não utilizavam métodos analíticos específicos, sistematizados para analisar e medir a realidade. Ainda *tateavam* o manuseio de incipientes técnicas persuasivas, visando manipular a opinião pública.

As primeiras definições de Relações Públicas, impregnadas de expressões tais como *boa vontade*, *compreensão mútua*, demonstravam a imprecisão operacional dos conceitos. Não foram estabelecidas variáveis para discriminar, medir ou classificar tais expressões naquela época.

O reconhecimento da validade teórica de um conjunto de proposições, neste século, fundamenta-se no método racional, em detrimento do método intuitivo. A rejeição ou falta de credibilidade em relação a tudo aquilo que não pode ser medido ou testado de forma sistemática tornou-se um parâmetro do comportamento científico.

Também, os modos de produção capitalistas que deram origem às Relações Públicas existem em função de atividades que podem ser avaliadas e devem prever, com exatidão, o retorno, o lucro. Os modos de produção fundamentam-se no método racional.

A ausência de metodologia não só retardou a evolução de um corpo teórico e técnico de Relações Públicas, como também acarretou "... acentuadas divergências a respeito da definição do conceito como de seu campo de ação" (5, p. 28). A credibilidade e o reconhecimento de Relações Públicas, com isso, ficaram prejudicados junto ao meio empresarial. Sem uma sistematização metodológica que possibilitasse descrever, compreender, controlar e prever um processo de comunicação com públicos, não era possível avaliar a eficiência e a eficácia do desempenho do profissional de Relações Públicas. Para o empresário, significava ausência de garantia precisa de retorno, de lucro.

Uma incipiente bibliografia específica de Relações Públicas surgiu apenas na década de 40, nos EUA. Tratando da carreira e de sua aplicação em igrejas, em escolas femininas, na guerra e na paz, no varejo, essa bibliografia "... caracteriza uma preocupação no sentido de posicionar Relações Públicas a serviço das instituições perante os problemas da época" (1, p. 17).

Para MURIEL & ROTA, o desenvolvimento de Relações Públicas de forma intuitiva e improvisada caracteriza uma primeira etapa concluída. Nas três últimas décadas, conforme essas autoras, as Relações Públicas partiram para uma prática mais rigorosa e objetiva. O momento atual representa "... uma etapa de transição entre o empirismo e o profissionalismo na prática da comunicação institucional\* na América Latina..." (5, p. 264).

### 3 A EVOLUÇÃO TEÓRICA

Com o decorrer do tempo, estudiosos legitimaram teoricamente as Relações Públicas, buscando fundamentos nas teorias da comunicação, da sociologia, da administração, da psicologia e da política. Foram incorporados ao conjunto teórico de Relações Públicas estudos diversos sobre canais e processos de comunicação, sobre o fenômeno opinião pública da sociologia, sobre teorias organizacionais da

---

\* Pela "confusão conceitual" e pelas "conotações mercantilistas" do Termo Relações Públicas, MURIEL & ROTA (5, p. 31) propõem que este seja substituído por "Comunicação Institucional." Assim, quando no texto aparecer esta última expressão, será como sinônimo de Relações Públicas.

administração, sobre teorias comportamentais da psicologia, sobre relações de autoridade e poder das ciências políticas, etc... Criou-se um corpo teórico com característica multidisciplinar que, pela sua complexidade, requer um sistema de classificação mais completo do que as simples categorias intuitiva e racional.

Entre estudos específicos de Relações Públicas, destacam-se dois que, pela nitidez conceitual, permitem uma classificação como paradigmas sociológicos distintos definidos por BURRELL & MORGAN<sup>(2)</sup>. São dois estudos de Relações Públicas desenvolvidos na América Latina: o enfoque de Maria Luisa MURIEL e de Gilda ROTA<sup>(5)</sup>, publicado no Equador em 1980; e o enfoque de Cecília PERUZZO<sup>(6)</sup>, publicado no Brasil em 1982.

As teorias sociais, para BURRELL & MORGAN<sup>(2)</sup>, em geral, são concebidas nos termos de quatro paradigmas principais que se fundamentam em diferentes abordagens metateóricas sobre a *natureza da ciência social* e a *natureza da sociedade*. Esse paradigmas, que se baseiam em concepções do mundo social mutuamente exclusivas são: "... funcionalista, estruturalista radical, humanista radical e interpretativo" (2).

Conforme essa classificação, o estudo de MURIEL & ROTA<sup>(5)</sup> caracteriza-se como funcionalista, abordando a natureza da ciência de forma objetiva e a natureza da sociedade através da sociologia do regulamento. O estudo de PERUZZO<sup>(6)</sup> caracteriza-se como humanista radical, explicando a natureza da ciência de forma subjetiva e a natureza da sociedade através da sociologia da mudança radical.

### 3.1 Paradigma funcionalista

Refletindo influências do positivismo sociológico e do idealismo germânico, "... o paradigma funcionalista tem fornecido a estrutura dominante para a sociologia acadêmica no século XX e é, de longe, responsável pela mais ampla proporção de teorias e pesquisas no campo dos estudos organizacionais" (2, p. 48). Também, abrange quatro categorias do pensamento funcionalista: teoria do sistema social, teoria do interacionismo e ação social, teoria da integração e objetivismo.

O enfoque sistêmico que MURIEL & ROTA dão às Relações Públicas caracteriza-se como teoria do sistema social, a qual "... representa um desenvolvimento direto do positivismo sociológico na mais pura forma" (2, p. 48). A teoria do sistema social adota analogias mecânicas e biológicas no estudo de temas sociais, representando as escolas do pensamento descritas como funcionalismo estrutural e teoria dos sistemas. O funcionalismo estrutural fundamenta-se em modelos derivado das ciências naturais; enquanto grande parte dos modelos sistêmicos embasam-se nas ciências sociais e tendem a buscar fundamentos em analogias biológicas e em modelos mecânicos, oriundos da física. Entre estes últimos, encontram-se aqueles que defendem a tendência do Sistema em buscar um estado de equilíbrio, como o estudo das duas autoras classificadas aqui como funcionalistas.

Os funcionalistas, de um modo geral, adotam como ponto de referência a preocupação com a continuidade das regras e padrões que regulamentam as relações sociais. Fundamentam-se na proposta da racionalidade científica, objetiva, para explicar e prever as relações sociais. Para eles, as ciências representam uma ferramenta para impor ordem e regulamentos ao mundo social (do ponto-de-vista do observador).

No paradigma funcionalista, a *natureza da ciência social* é percebida de forma objetiva, há uma tendência a enfatizar: o *realismo* (o mundo social, a realidade existem de forma objetiva, externa à cognição humana e independe da apreciação humana); o *positivismo* (a explicação e a predição dos acontecimentos do mundo social fundamenta-se na busca de regularidades e relações causais entre os elementos componentes); o *determinismo* (os seres humanos são condicionados por circunstâncias externas a eles); os *valores nomotéticos* (a pesquisa é fundamental, deve basear-se na técnica sistematizada e em instrumentos padronizados).

O enfoque de MURIEL & ROTA analisa a instituição conforme a unidade de análise da teoria dos sistemas — o sistema. Este é objetivo, existe fora do indivíduo. "... Um sistema é um conjunto de elementos inter-relacionados que opera para atingir um objetivo comum" (5, p. 32). A realidade é extrínseca ao indivíduo, a instituição é uma estrutura relativamente permanente, baseada em normas e regras. A instituição é um "... ente organizacional" definido como "Sistema Social que, mediante a utilização de recursos, atua coordenadamente para a consecução dos objetivos para os quais foi criada" (5, p. 39). Tais conceituações evidenciam a questão ontológica (essência do fenômeno, natureza da realidade) do estudo de MURIEL & ROTA. como realismo.

As pessoas se relacionam no Sistema instituição conforme formas padronizadas de comportamento. E cabe às Relações Públicas estabelecer, manter e otimizar as relações entre instituição e público. As Relações Públicas devem explicar e prever as características dessas relações para interferir na realidade (positivismo).

Ao definir públicos e ao determinar a função das mensagens, fica explícito o determinismo, no trabalho das autoras, em relação à natureza humana — os públicos são condicionados por fatores extrínsecos a eles. Públicos são "... indivíduos ou sistemas sociais que estão vinculados, em maior ou menor grau à instituição, dado que a afetam, são afetados por ela..." (5, p. 50). Eles são afetados pelas mensagens, cuja função é "... produzir uma série de efeitos intencionais nos sistemas receptores..." (5, p. 51).

Diversos métodos sistemáticos de pesquisa são descritos na obra de MURIEL & ROTA, confirmando a presença de valores nomotéticos. O modelo de comunicação institucional deve ser organizado e coordenado a partir da investigação social — "... ferramenta fundamental" para a consecução dos objetivos de Relações Públicas. Um departamento de comunicação institucional deve ter uma política fundamentada nos "... resultados da investigação social" (5, p. 251).

A *natureza da sociedade*, sob o enfoque funcionalista, na classificação de BURRELL & MORGAN, fundamenta-se na sociologia do regulamento. Dessa sociologia fazem parte os "... teóricos que, primordialmente, preocupam-se em fornecer explicações da sociedade em termos que enfatizem sua latente unidade e coesão" (2, p. 17). Nela há uma nítida preocupação em regular os negócios humanos e em descobrir as forças sociais que possibilitam a manutenção da sociedade como um todo. O trabalho de Durkheim, sobre a coesão social e a solidariedade representa um exemplo de sociologia do regulamento.

No estudo, MURIEL & ROTA explicitam a necessidade de regulamentação social, desde o momento em que definem o comunicador institucional (Relações Públicas) como o coordenador do processo de comunicação social. Para elas, a instituição "... necessita um sistema de comunicação que organize, ordene, coor-

dene e faça eficientes os processos de comunicação... Este subsistema de comunicação imporá ordem, eficiência e sentido..." (5, p. 47).

O paradigma que embasa o estudo dessas autoras descreve a instituição de forma sistêmica e objetiva, fundamentada dos princípios da regulamentação. As Relações Públicas, para elas, são um processo que possibilita explicar, manter, prever e controlar as relações que ocorrem no sistema, objetivando o equilíbrio deste e de seus componentes.

### 3.2 Paradigma humanista radical

Os paradigmas humanista radical e interpretativo fundamentam-se no princípio no qual o mundo social é produto da mente humana. Enquanto o interpretativo preocupa-se com a natureza desse processo, o humanista radical volta-se para a crítica, focalizando o estado de alienação humana.

O paradigma humanista radical tem suas origens remotas no "...idealismo germânico e na filosofia de Kant, pelos quais a última realidade do universo é de natureza mais espiritual que material" (2, p. 279). Os principais estudos teóricos que criticam a sociedade contemporânea, focalizando as fontes e as forma de alienação que impedem o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas fazem parte desse paradigma. Entre eles destacam-se os estudos de Lukács, Gramsci, Marcuse e Habermas.

A obra de Cecília PERUZZO, *Relações Públicas no modo de produção capitalista*<sup>(6)</sup>, fundamenta-se no paradigma humanista radical pelas características de suas proposições. Dentro deste paradigma, o discurso dessa autora apresenta postulados do "...idealismo objetivo", segundo a classificação de BURREL & MORGAN<sup>(2)</sup>. O "idealismo objetivo" tem suas origens nos estudos de Hegel: "...consciência e mundo externo são encarados como dois lados da mesma realidade. Eles estão trancados dentro de uma relação dialética na qual cada um define e influencia o outro" (2, p. 280). Para PERUZZO, a consciência do oprimido e a realidade mantida pelo opressor são elementos fundamentais que se relacionam na estrutura social de forma dialética. As relações de dominação, que ocorrem entre opressor e oprimido, caracterizam-se pela desigualdade, alienação e exploração. A relação dialética entre opressor e oprimido gera a contradição dessa situação, quando a conscientização do oprimido passa a opor-se à opressão. O princípio dialético, como princípio universal, possibilita, assim, a emancipação humana.

A *natureza das ciências sociais*, no paradigma humanista radical, conforme BURREL & MORGAN<sup>(2)</sup>, caracteriza-se pela abordagem subjetivista que tende a enfatizar: o *nominalismo* (o mundo social, externo à cognição humana, constitui-se de nomes, conceitos, cuja função é apenas estruturar e descrever a realidade; opõe-se ao realismo); o *antipositivismo* (a ciência não gera conhecimento positivo; é relativa, depende do ponto-de-vista individual; o conhecimento desenvolve-se pela vivência na ação, pela participação); o *voluntarismo* (o homem possui livre vontade, não é condicionado pelas circunstâncias externas como no determinismo); a *metodologia ideográfica* (a compreensão do mundo social deve partir do conhecimento profundo do sujeito da investigação, com ênfase na análise de situações históricas e na análise de características subjetivas; que permita ao investigador colocar-se dentro da situação, envolver-se no cotidiano do investigado).

O enfoque crítico de PERUZZO<sup>(6)</sup> à sociedade capitalista deixa explícito que a classe dominante, através de rotulações como "... harmonia social", "... interesses ou bem-estar comuns", utiliza Relações Públicas dentro de uma ideologia burguesa, ocultando as verdadeiras contradições estruturais da sociedade. Detecta-se, no decorrer da pesquisa dessa autora, a questão ontológica caracterizada pelo nominalismo — a realidade é dada pela cognição humana que lhe atribui nomes, rótulos conforme seus interesses particulares.

O respaldo epistemológico antipositivista da autora é nítido quando escreve sobre o trabalho a ser feito pelas Relações Públicas junto aos movimentos populares, visando libertar a classe oprimida. PERUZZO aconselha: "A metodologia indispensável a se adotar é a metodologia da troca. Ela supõe que nem o intelectual, nem o povo sejam donos absolutos da verdade. Ambos estão a caminho dela. Daí, o 'relações públicas' respeitará a criatividade e o jeito de se relacionar que é próprio do povo" (6, p. 123). Portanto, o conhecimento do Relações Públicas deve desenvolver-se através da vivência, da participação com o povo.

PERUZZO nega o determinismo, defende o voluntarismo da natureza humana quando afirma que: "O homem pode ser eminentemente interferidor. Sua ingerência, senão quando distorcida e acidentalmente, não lhe permite ser um simples espectador, a quem não fosse lícito interferir sobre a realidade para modificá-la" (6, p. 127). Para a autora, a História e a Cultura são domínio exclusivo do homem — ser capaz de criar, recriar e integrar-se às condições de seu contexto.

A concepção ideográfica da metodologia é nítida no estudo dialético de PERUZZO, "Nas Relações Públicas sob a ótica da classe dominada, a pessoa que for trabalhá-las precisa, antes de mais nada, comungar, respirar os interesses da classe dominada, ser um intelectual orgânico" (6, p. 126). O Relações Públicas nos movimentos populares deve ter uma visão profunda da realidade, num envolvimento total com o contexto. Para a autora, neste trabalho, não há necessidade do conhecimento do "... profissional formado nas escolas que a burguesia tem para a reprodução do modo de produção capitalista" (6, p. 126). O importante é a reflexão crítica e a atuação do Relações Públicas como um "... ser das relações", que "... está com o mundo". Os trabalhadores da classe dominada possuem potencialidade revolucionária, que deve ser revista através da história e da autoconscientização. O Relações Públicas deve atuar no sentido de conscientizar, articular e levar à ação o grupo oprimido, visando a desalienação e a superação da dominação. "O estudo científico das Relações Públicas sob a ótica da classe dominada apanha a totalidade, radicalidade e historicidade das relações sociais. Propicia a captação da trama das relações sociais, tornando transparente a sociedade" (6, p. 130).

A Sociologia da Mudança Radical define a natureza da sociedade para os humanistas radicais conforme BURELL & MORGAN. Ao invés de regulamentos, é enfatizada a mudança social a partir de transformações da consciência humana. A preocupação fundamental dessa sociologia refere-se à "... emancipação do homem em relação às estruturas que limitam e impedem sua potencialidade para o desenvolvimento" (2, p. 17).

Para PERUZZO, a consciência do oprimido é dominada pela superestrutura ideológica na qual ele interage. Isso limita a capacidade cognitiva do oprimido, impede-o de uma real conscientização de si próprio. A emancipação do oprimido

depende da transformação radical dessa situação. O Relações Públicas deve ser o agente dessas transformações sociais.

O paradigma que fundamenta o estudo de PERUZZO<sup>(6)</sup> critica a sociedade atual e propõe sua transformação. Cabe às Relações Públicas a função de propulsor desta transformação.

#### 4 CONCLUSÃO

A oposição entre as duas abordagens teóricas de Relações Públicas (RP) pelo fato das diferenças ontológicas e epistemológicas serem reforçadas pelas diferentes concepções sobre a natureza da sociedade. Enquanto os funcionalistas preocupam-se com a realidade institucional sistêmica e objetiva, com a ordem e a coesão social; os humanistas radicais preocupam-se com as potencialidades do operário oprimido, com as estruturas de conflito e as crises. Enquanto um objetiva a integração o outro quer a mudança radical.

Os funcionalistas costumam rotular os humanistas radicais como radicais utópicos, agitadores ou existencialistas incapazes de adaptação à realidade cotidiana e de aceitar a inevitável marcha do progresso. Humanistas radicais costumam criticar (e a crítica é uma característica inerente a este paradigma) os funcionalistas por reforçarem o "status quo" que sustenta as condições de dominação e por não possuírem "... capacidade explicativa para a mudança social" (6, p. 50).

O ponto de semelhança perceptível entre Relações Públicas funcionalista e humanista radical está no emprego do *diálogo* como instrumento essencial de ação. Pois para ambos, "... o trabalho fundamental é feito através do diálogo, quer como coordenador do processo de comunicação institucional, quer como agente de transformações sociais" (4, p. 71).

#### 5 BIBLIOGRAFIA CITADA

- 1 ANDRADE, Cândido Teobaldo. Relações Públicas segundo sua bibliografia (de 1940 a 1979). *Revista de Estudos*, Novo Hamburgo, 4:17-21, out. 1981.
- 2 BURREL, Gibson & MORGAN, Gareth. *Sociological Paradigms and Organizational Analysis*. London, Heinemann, 1979. 432p.
- 3 CAPRA, Fritjof. *Ponto de mutação*. São Paulo, Cultrix, 1979. 447p.
- 4 FONSECA, Ana Maria Eirôa da. Reflexões sobre atuações do Relações Públicas. *Revista de Biblioteconomia e Comunicação*. Porto Alegre, 2: 69-71, jan./dez. 1987.
- 5 MURIEL, María Luisa & ROTA, Gilda. Comunicación Institucional: enfoque social de Relaciones Públicas. Quito, Andina, 1980. 353p.
- 6 PERUZZO, Cecília K. *Relações Públicas no modo de produção capitalista*. São Paulo, Cortez, 1982. 137p.